

Contas Regionais 2010-2014

Principais destaques pela ótica da Renda

Produto Interno Bruto pela ótica da renda

Em 2014, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil foi de 43,5% na remuneração do trabalho, 41,6% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) mais rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e quase 15% nos impostos totais (impostos sobre produto mais os outros impostos sobre a produção, ambos líquidos de subsídios). O valor adicionado bruto representou 86,0% do PIB.

Tabela 6 - Participação dos componentes do Produto Interno Bruto pelas óticas da produção e da renda segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2014

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Ótica da produção		Componentes do Valor Adicionado Bruto		
	Valor adicionado bruto (%)	Impostos sobre produto, líquidos de subsídios (%)	Remuneração (%)	Outros impostos sobre a produção, líquidos de subsídios (%)	Excedente Operacional Bruto mais Rendimento Misto Bruto (%)
Brasil	86,0	14,0	43,5	1,0	41,6
Norte	88,5	11,5	44,2	0,7	43,6
Rondônia	89,3	10,7	50,7	0,8	37,9
Acre	91,8	8,2	49,9	0,4	41,4
Amazonas	83,0	17,0	40,4	1,1	41,5
Roraima	92,3	7,7	55,4	0,3	36,5
Pará	90,7	9,3	41,7	0,7	48,4
Amapá	92,3	7,7	58,5	0,6	33,3
Tocantins	90,7	9,3	46,2	0,3	44,2
Nordeste	88,1	11,9	47,3	0,7	40,0
Maranhão	89,2	10,8	42,9	0,4	45,9
Piauí	90,1	9,9	49,6	0,4	40,1
Ceará	87,9	12,1	47,3	0,7	39,9
Rio Grande do Norte	89,3	10,7	49,1	0,8	39,4
Paraíba	88,8	11,2	51,6	0,7	36,5
Pernambuco	85,9	14,1	47,4	0,8	37,7
Alagoas	90,9	9,1	50,1	0,6	40,2
Sergipe	89,8	10,2	49,7	0,6	39,5
Bahia	87,6	12,4	46,1	0,8	40,7
Sudeste	84,9	15,1	42,6	1,2	41,2
Minas Gerais	87,9	12,1	43,5	1,0	43,5
Espírito Santo	85,3	14,7	35,0	1,0	49,3
Rio de Janeiro	86,3	13,7	43,7	1,0	41,6
São Paulo	83,6	16,4	42,5	1,3	39,8
Sul	86,0	14,0	42,3	0,8	42,9
Paraná	86,5	13,5	42,1	0,9	43,5
Santa Catarina	84,4	15,6	41,5	0,9	42,0
Rio Grande do Sul	86,6	13,4	43,0	0,7	42,9
Centro-Oeste	88,3	11,7	45,1	0,6	42,5
Mato Grosso do Sul	89,1	10,9	39,2	0,6	49,3
Mato Grosso	89,7	10,3	38,0	0,1	51,6
Goiás	88,8	11,2	40,4	0,8	47,6
Distrito Federal	86,7	13,3	55,1	0,7	30,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na região Norte, o valor adicionado bruto tem o maior peso no PIB (88,5%). Excluindo-se o Amazonas, onde há uma indústria de transformação importante, incentivada pelo Polo Industrial de Manaus, esse peso é de cerca de 90%. Amazonas ainda se destaca como a economia que tem maior participação dos impostos em seu PIB (18,1%). Isso faz o estado ficar parecido com a região Sudeste onde, em São Paulo, segundo colocado neste quesito, os impostos participam com 17,7%. Pela ótica da renda, a região Norte, com exceção dos estados do Pará e Amazonas, evidencia uma participação da remuneração mais elevada que o total do Brasil, influenciada pelo peso da administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (em média 33% do valor adicionado bruto).

Na região Nordeste, a remuneração do trabalho tem um peso maior que nas demais. Esse fato é corroborado também pelo peso da administração pública nestes estados. A região é a que tem o menor peso do excedente operacional bruto mais o rendimento misto no PIB pela ótica da renda, 40,0%. Pernambuco situa-se como o estado cujo peso dos impostos sobre o PIB é o maior dentre os estados de sua região (14,9%).

Com mais de 54% do PIB brasileiro, a região Sudeste tem um padrão de repartição dos componentes do PIB pela ótica da renda similar ao resultado brasileiro. São estados industrializados, com agropecuária importante (exceto Rio de Janeiro) e concentradores de serviços. Dentre os estados desta região, São Paulo é o que tem o maior peso dos impostos, 17,7% no PIB do estado, ficando atrás apenas do Amazonas (18,1%) dentre as 27 unidades da federação.

O peso da remuneração do trabalho em São Paulo é de 42,5% e do excedente operacional bruto mais o rendimento misto é de 39,8%, o menor da região. O que diferencia os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais é o peso da agropecuária no PIB mineiro, em contrapartida ao peso da extração de petróleo no Rio de Janeiro. Assim, o peso dos impostos na economia fluminense é maior, diminuindo a parcela dos demais componentes. Em Minas Gerais, a remuneração pesa 43,5% e o excedente operacional bruto mais o rendimento misto, 43,5%. Já no caso da economia fluminense, esses pesos são de 43,7% e 41,6%, respectivamente.

Os estados da região Sul, apesar de bastante parecidos, têm padrão diferenciado de repartição dos componentes do PIB. Paraná e Rio Grande do Sul possuem a participação dos componentes nos mesmos patamares, no caso da economia gaúcha a participação da remuneração (43,0%) é maior que o excedente (42,9%), enquanto na economia paranaense o excedente (43,5%) é quem tem a maior participação já que a remuneração participa com 42,1%.

A diferença decorre pela atividade da administração pública, em 2014, que participa com 14,6% do valor adicionado bruto da economia gaúcha enquanto no Paraná participa com 13,5%. Santa Catarina tinha um peso maior dos impostos no PIB na região, 16,5%, sendo o estado que tem o segundo maior peso da indústria de transformação em sua economia dentre as 27 UF's, só perdendo neste quesito para o estado do Amazonas.

No Centro-oeste o Distrito Federal, por ser a capital do país, concentrando a administração pública federal, tem a menor participação do excedente operacional bruto mais rendimento misto (30,9%). Mesmo assim, ainda não tem a maior parcela da remuneração do trabalho (55,1%) que outros estados cuja participação da administração pública supera os 40% do valor adicionado bruto (Roraima com 55,4% e Amapá com 58,5%); fato influenciado pela maior participação dos impostos no Distrito Federal, em função de uma concentração da economia nos serviços. Os outros estados, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, são bastante parecidos. O que os diferencia é o peso da administração pública em Mato Grosso do Sul, um pouco maior que nos outros

dois. No caso de Goiás e Mato Grosso, a diferença reside do peso da agropecuária na economia de Mato Grosso, sendo Goiás, uma economia em que a indústria tem peso maior.

Em relação a 2013, a grande maioria das unidades da federação acompanhou o resultado brasileiro e obteve redução do peso dos impostos sobre os produtos líquidos de subsídios no PIB. As exceções foram três estados da região Norte, Roraima (0,3 p.p.), Pará (0,4 p.p.) e Tocantins (0,3 p.p.) em relação a 2013. Nas outras unidades da federação os impostos sobre os produtos, líquidos de subsídios perderam participação em relação ao PIB. Os estados do Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Distrito Federal foram as unidades da federação onde o valor adicionado ganhou mais peso em relação aos impostos sobre os produtos líquidos de subsídios.

Em relação ao peso da remuneração, este componente ganhou 0,3 p.p. em relação a 2013 no PIB do Brasil, entretanto algumas unidades da federação registraram perda de participação neste quesito. O Acre (-2,9 p.p.), Roraima (-2,5 p.p.), Maranhão (-0,5 p.p.), Piauí (-3,7 p.p.), Paraíba (-0,6 p.p.), Pernambuco (-0,1 p.p.), Espírito Santo (-0,2 p.p.), São Paulo (-0,1 p.p.), Santa Catarina (-0,8 p.p.), Mato Grosso do Sul (-1,7 p.p.), Mato Grosso (-0,1 p.p.) e Distrito Federal (-1,1 p.p.). Na maioria destes casos a perda de participação da remuneração no PIB foi acompanhada de um crescimento da participação do excedente operacional bruto mais o rendimento misto, muito em função da perda de participação da atividade administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social nestas economias estaduais.